
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E OS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RACIAL DISCRIMINATION AND REFLEXES IN LEARNING IN CHILD EDUCATION

Edileuza Ferreira de Araújo¹

RESUMO: Considerando a atualidade sabe-se que a qualidade da educação se configura como um dos principais desafios enfrentados pelos educadores, que incansavelmente buscam estratégias metodológicas a fim de melhorar a educação. Assim este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi analisar a discriminação racial no ambiente escolar e sua relação com a aprendizagem, para tanto ressaltou-se a necessidade de trabalhar práticas pedagógicas que envolve as representações de raça, etnia, cor diferença e preconceito racial. Dessa forma, foi utilizada como metodologia a pesquisa de revisão bibliográfica em artigos, livros e teses. Os dados da pesquisa apontaram que realmente as estratégias pedagógicas precisam contribuir para que o aluno participe ativamente do processo ensino aprendizagem de forma integrante e tenha maior aproveitamento, porém foi possível identificar que as raízes do racismo ainda estão presentes no ambiente escolar e muitos educadores ainda não estão preparados para lidar com isso, portanto é necessário que haja mais investimentos na formação de educadores para que eles possam atender com eficiência os interesses da comunidade escolar. Espera-se que este trabalho possa contribuir no sentido de estimular os educadores a trabalharem com projetos sociais na busca de melhorar a igualdade e a qualidade da educação.

Palavras-chave: Qualidade da educação. Desafios. Discriminação racial. Práticas pedagógicas. Igualdade de direitos.

ABSTRACT: Considering the current situation, it is known that the quality of education is one of the main challenges faced by educators, who are relentlessly seeking methodological strategies to improve education. Thus, this article presents the results of a bibliographical research whose objective was to analyze the racial discrimination in the school environment and its relationship with learning, so it was emphasized the need to work on pedagogical practices involving representations of race, ethnicity, color difference and racial prejudice. In this way, the bibliographical review research in articles, books and theses was used as methodology. The research data pointed out that the pedagogical strategies really need to contribute to the student's active participation in the process of teaching learning in an integral way and to have greater use, but it was possible to identify that the roots of racism are still present in the school environment and many educators have not yet are prepared to deal with this, so there needs to be more investment in educating educators so that they can effectively serve the interests of the school community. It is hoped that this work can contribute to stimulating educators to work with social projects in the quest to improve the equality and quality of education.

Keywords: Quality of education. Challenges. Racial discrimination. Pedagogical practices. Equal rights

¹ Graduada em Geografia e Pedagogia, email.: edileuza_vitoriosa@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Certamente são perceptíveis as preocupações com os problemas de aprendizagem no cotidiano escolar, muitos são os desafios enfrentados em relação à integração social, e mesmo assim grande parte não são solucionados. A cada dia surgem novas reflexões no contexto escolar do ensino fundamental relacionado às práticas de discriminação, pois ainda se evidencia que há muitos desafios relacionados ao tema, como também dificuldade dos professores em desenvolverem práticas de inclusão, nota-se que permeiam muitas indagações na tentativa de responder como a igualdade de direitos pode contribuir a favor da aprendizagem dos alunos do ensino fundamental no sentido de se tornarem parte integrante do processo.

O Brasil é um país composto por várias etnias: europeus, africanos, índios e outros povos que compõem a sociedade brasileira. Essas variações étnicas se refletem no espaço onde se inicia a vida cultural de um povo, a escola.

A vida escolar brasileira é composta por várias histórias, diferentes famílias, cada um com sua peculiaridade, o que proporciona ao professor uma interação com os alunos, onde se pode criar um processo didático interativo em que um aprende com o outro. Porém, na maioria das vezes, isso acaba não acontecendo.

Cabe ao professor também o papel de mediar e equilibrar a situação, pois em geral, os alunos mais pobres são os negros e correm os maiores riscos de serem discriminados.

Outro fator que tenta silenciar as diferenças culturais existentes na escola é o mito da democracia racial, em que são apresentados alunos de culturas diferentes como se fossem iguais o que acaba contribuindo negativamente para a preservação da riqueza cultural brasileira.

Mas o que mostra a realidade é um maior índice de evasão escolar por partados negros e também um elevado grau de analfabetos em relação aos outros grupos étnicos. Além disso, os próprios mecanismos didáticos estigmatizam o negro e pregam o etnocentrismo da raça branca.

O livro didático não apresenta o negro como realmente deveria ser visto que, às vezes, ele é até apresentado como uma figura folclórica:

Sabemos que o livro didático é o principal instrumento ideológico da escola. A criança não vê nele seu cotidiano representado, mas muitas vezes percebe a ausência de pessoas negras representadas ou ocupando posições subalternas. Isso resulta em uma sensação de estranheza, podendo levar a criança negra a auto-depreciação, e a construção de uma auto-imagem negativa (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 44).

Pensando nesta problemática foi que surgiu a necessidade de buscar novos conhecimentos sobre o tema e o principal motivo que norteou esta pesquisa foi encontrar respostas para as indagações: como a discriminação racial vem sendo abordada no processo de ensino e aprendizagem no ensino fundamental? A inclusão favorece a aprendizagem? Os professores estão preparados para trabalharem com a igualdade de direitos a favor da aprendizagem? Assim, este estudo propicia momentos de reflexão relacionada às práticas discriminatórias que acontecem no ambiente escolar com intuito de direcioná-la para se obter melhor resultado na aprendizagem.

A metodologia de trabalho parte de uma revisão bibliográfica em livros, artigos e teses. Durante esta pesquisa também foram realizadas algumas observações em relação às práticas de discriminação no ambiente de trabalho que ajudaram em algumas considerações.

A primeira parte do trabalho apresenta os objetivos da pesquisa, os motivos que anortearam e a justificativa ressaltando a importância do desenvolvimento deste estudo. Em seguida apresenta a fundamentação teórica, onde é abordada a discriminação racial e preconceito, como também a importância de trabalhar a igualdade de direitos no ambiente escolar. Aborda a necessidade de formação dos professores, considerando que são peças fundamentais no processo. Nas considerações finais aborda a importância de trabalhar práticas que incentivem a igualdade de direitos seguida de algumas sugestões de melhoria.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Um breve histórico sobre a desigualdade racial no contexto escolar

O documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais introduziu a temática denominada Pluralidade Cultural para abordar entre outros aspectos, uma crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, provendo assim, uma discussão as práticas racistas dentro da sala de aula.

Um trabalho tendo em vista o estudo desta temática tem como responsabilidade apresentar aos alunos a caracterização do Brasil em toda sua diversidade, as relações possíveis

nesta sociedade, bem como os problemas sociais vividos e as transformações cabíveis para uma vida melhor para todos que aqui vivem. Isso porque,

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano. (PCN, 2001, p. 16)

Trata-se de uma discussão que, no meio escolar, valoriza as questões éticas, na medida em que os alunos conhecem os valores de sua cultura e de outras culturas, tão diferentes da sua e isso promove a necessidade de respeito pelos outros que só é possível alcançar quando se tem a conscientização da pluralidade cultural que faz parte do cenário brasileiro.

No estudo sobre Pluralidade Cultural, dois assuntos merecem maior destaque: desigualdade social e discriminação, pois trata-se de dois aspectos que promoveram e ainda promovem a exclusão social tão marcada em nossa sociedade, impedindo a todas as pessoas do país de terem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações. (PCN, 2001, p. 19)

A cultura de um povo é transmitida ao longo do tempo, os anos passam, mas a cultura do povo se mantém, e isso vem desde os costumes de uma cidade, até as tradições de um povo que traz preceitos sobre outro. Assim é fácil identificar em nossa atualidade que esses preceitos ainda se fazem presentes em nossa sociedade.

O Brasil é um país composto por várias etnias: europeus, africanos, índios e outros povos que compõem a sociedade brasileira. Essas variações étnicas se refletem no espaço onde se inicia a vida cultural de um povo e a escola é uma das principais instituições que lida no seu dia a dia com essas diferenças culturais.

Afirma-se que o mais antigo exemplo de racismo diz respeito a uma escritura acima da segunda catarata do Nilo no Egito feita a cerca de 2000 a.c. Consta que a partir daquele marco fica proibida a passagem de negros, exceto com o propósito comercial (AZEVEDO, 1987, p.

23). Há, porém um contraponto a respeito da caracterização desta escritura, pois em outras histórias afirma-se que as escrituras próximas ao Nilo nada mais eram que a proibição da passagem dos “núbios”, antigos inimigos dos povos egípcios, traduzida de maneira errada pela visão preconceituosa dos europeus (LOPES, 2007, p.16).

O que se sabe então, tendo em vistas as considerações comentadas acima é que o racismo, desde a antiguidade, é a inferiorização do diferente, do selvagem, do bárbaro, entre outros. Segundo LOPES (2007, p. 18):

O racismo, desde os tempos antigos, é basicamente uma rejeição daquela pessoa que é diferente de nós. Segundo o historiador Heródoto, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos, como alguns gregos, por considerá-las maléficas; os persas por sua vez, consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade; [...]

A questão do racismo na modernidade inicia-se logo com as descobertas dos europeus aos novos continentes. Com o fim da idade média, as grandes navegações proporcionaram novos encontros, novos lugares à civilização europeia, favorecendo o surgimento de uma ideologia preconceituosa (AZEVEDO, 1987, p. 24).

Pode-se dizer que o espaço escolar é considerado um ambiente propício ao convívio das diferenças, pois há pessoas de todos os lugares, cada um com sua maneira de interagir, seus valores e especificidades. No entanto, o diferente muitas vezes é tratado de forma constrangedora, causando segregação e exclusão, além de refletir a desvalorização racial de forma preconceituosa.

Neste sentido, a educação torna-se fundamental na construção de novas propostas, abordando conteúdos que permitem reflexões sobre a diversidade. De acordo com os PCNs (BRASIL, 1997, p.129):

Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos, e da escola e educadores em particular, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação.

Como se observa o processo de inclusão se faz por meio de atitudes que envolvem todas as pessoas responsáveis pela entidade. Ressalta-se ainda, a necessidade de uma revisão e reflexão na prática diária do professor, não se retendo apenas a grupos ou pessoas, mas num

todo, englobando desde o seu compromisso com a comunidade até a responsabilidade com a instituição educacional no qual está inserido. De acordo com Malleta e Vilela(2007):

A escola hoje, mais que do nunca, é chamada a desempenhar novas funções, ao mesmo tempo em que, no desempenho deste papel social, ajuda aforjar o modelo de sociedade no qual está inserida. Assim, essa escola precisa ser analisada e estudada, considerando suas múltiplas demandas. Na redefinição de sua função social, a tão falada crise educacional parece nada mais ser do que uma adequação necessária para o contínuo exercício de sua tarefa institucional. (Fabris&Lopes,p.147 – *MalletaeVilela*)

Neste sentido, sabe-se que é grande a preocupação com as transformações que devem acontecer nos sistemas educacionais para que haja a igualdade de direitos para todo o aluno independente das diferenças, como por exemplo, um currículo elaborado visando às especificidades e não o todo em geral e formação adequada aos profissionais. Precisa-se pensar em novos rumos que facilitem o acesso e permanência de todos os alunos na escola, eliminando assim as barreiras existentes das quais podemos citar, a falta de preparo do professor, falta de material pedagógico adequado, e,construindo coletivamente condições para atender a diversidade dos alunos.

Dessa forma, urge refletir sobre o tema, contribuindo com sugestões a partir de um novo contexto, pois a discriminação racial só terá êxito quando houver total engajamento de todos os profissionais envolvidos, ou seja, o professor regente da sala de aula que tem um ou mais alunos negros, equipe gestora – direção, supervisão e orientação, estes precisam aceitar e entender o processo de inclusão de forma natural. Segundo o Ministério da Educação, BRASIL (2005 p.35) diz que:

...inclusão significa criar escolas que acolham a todos os alunos, independente das suas condições pessoais, sociais ou culturais. Escolas que valorizam as diferenças dos alunos como oportunidade para o desenvolvimento dos estudantes, assim como dos professores,em lugar de considerá-los um problema a resolver.

A escola deve necessariamente ser um lugar acolhedor, onde a convivência é pacífica, igualitária, onde todos buscam os mesmos objetivos, sem distinção.

Infelizmente durante um longo período de tempo a escola foi um dos espaços mais marcantes da exclusão, período este que antecede a década de 1960, pois trabalhava com uma lógica de homogeneidade, partindo do princípio de que os iguais devem ser agrupados entre os iguais. E sem dúvidas, ainda trabalha sistematicamente, fazendo seus planos de curso e planejamentos para um grupo igual de alunos, excluindo em seu espaço os considerados

muito diferentes. Isto vem retratado na Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2007.p.14) que conceitua a Educação Inclusiva como:

[...] uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional.

Entende-se que todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade e muitos esforços já foram empreendidos no sentido de promover a igualdade de direitos. Isto se justifica pelo simples direito de acesso garantido na legislação em vigor.

Mantoan (1997, p.117) defende a possibilidade de um desenvolvimento pessoal e social a partir da convivência entre os diferentes. Diante da ansiedade em atender a diversidade a escola precisa buscaras transformações necessárias que corresponde às necessidades específicas de todos. Nesse processo o desafio da escola é produzir uma nova cultura, onde as diferenças sejam respeitadas e acolhidas sem preconceito para assim concretizar a inclusão com qualidade. Segundo Scotto,(1996,p.5):

A escola, enquanto espaço público deve ser identificada como “lócus” de livre expressão/manifestação das diferenças e se constituir num espaço em que os diálogos e as negociações se tornem rotinas, na medida em que aí circulam valores, se formam opiniões, se constroem/rebatem argumentos e se evidenciam ou se camuflam atitudes.É nessa convivência democrática comas diferença se os conflitos decorrentes que podemos, ato do instante,exercitar a capacidade de escolher/decidir/discernir entre o justo e o injusto, em permanente interlocução. Assim, a instituição escolar pode e deve ser vista como espaço democrático, em que os interesses comum, se os particulares encontram espaço para manifestação,bem como,as diferenças e as especificidades podem, livremente,vira encontrar palco e cenário para discussões.

A autora defende o rompimento com qualquer tipo de segregação, assim acredita que todo tipo de relação dentro de uma escola precisa ser democrática, pois onde há democracia consequentemente há inclusão e igualdade de direitos.

Sabe-se que houve muitas lutas em busca de romper com os paradigmas da discriminação e a Lei 1.063/2003 foi um dos marcos mais importante no reconhecimento da questão do combate ao racismo e redução das desigualdades, possibilitando valorização no sistema escolar das matrizes culturais, pois prevê a existência da diversidade e equidade nos

direitos sociais, civis, culturais e econômicos, assim como a valorização da diversidade daquilo que diferencia os negros de outros grupos que formam nossa sociedade. Estabeleceu o ensino de História da África e da Cultura afro brasileira no sistema educacional, reconhecendo a escola como lugar de formação de cidadãos e promotora da valorização das matrizes culturais que fizeram desse nosso país tão rico, múltiplo e plural que somos.

Assim, entende-se que houve grandes avanços relacionados a temática, mas que ainda muito precisa ser feito para que haja a efetivação da igualdade de direitos sem discriminação e preconceito.

A discriminação racial que se processa no âmbito social reflete as formas pelas quais este fenômeno social se constituiu no Brasil desde a escravatura. O imaginário social acerca do negro se estabeleceu a partir de concepções negativas e depreciativas incorporadas pelas teorias racistas que insistiam na inferioridade deste segmento em relação ao Segmento não negro. Em contrapartida, este mesmo imaginário social promovido pelas elites dominantes forjou uma ideologia segundo a qual no Brasil não existiriam distinções raciais entre negros e brancos. Desta maneira criou - se no país um racismo característico como nos salienta Nilma Lino Gomes (2001):

O racismo no Brasil é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria negação. Ele é negado de forma veemente, mas mantém-se presente no sistema de valores que reagem o comportamento da nossa sociedade e. (p.92)

Ao negar a existência do racismo este se fortalece, pois pouco ou quase nada é feito para diminuir ou equacionar as diferenças e as desigualdades raciais provenientes desta prática social. A educação como principal mecanismo pelo qual os sujeitos obtêm conhecimento para fazer uso em sociedade não está isenta desta mazela social. Ao analisarmos dados educacionais fica evidente a disparidade entre negros e brancos acerca do desenvolvimento escolar.

Em relação à média de anos de estudo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2007), a média nacional entre a população com 15 anos ou mais é de 7,3 anos, indicando que muito embora a legislação brasileira, desde 1971, estabeleça a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudo o país ainda se encontra fora desta meta. No entanto, se analisarmos os anos de estudo por raça/cor, entre os brancos esta média é de 8,2 anos de estudo, enquanto entre os negros é de 6,4 anos, o que torna gritante a desigualdade acerca da escolarização atingida por estes dois segmentos raciais.

Podemos evidenciar a partir destes dados educacionais que a população negra encontra-se em uma desvantagem muito acentuada, o que enfatiza as marcas da discriminação racial do passado que se fazem presente na estrutura social do presente.

Entender qual a importância do negro ao longo da história do Brasil é fundamental para compreendermos como a discriminação racial foi se constituindo a partir dos diferentes papéis que negros e brancos passaram a ocupar na sociedade. Porém, igualmente necessário se faz olhar para os aspectos implícitos deste processo, como os manifestos pelo sistema educacional brasileiro por meio das práticas educativas que muito contribuíram para a formação da discriminação racial tão presente em nosso país.

Nos estudos sobre discriminação racial no ambiente escolar, Eliane Cavalleiro (2001), salienta que a escola, de maneira geral, não reconhece os efeitos prejudiciais destas práticas para seus estudantes. Ao não reconhecer estes efeitos, não são promovidas ações educativas capazes de modificar ou coibir estes prejuízos.

Esta realidade escolar vivenciada por muitos estudantes negros não é considerada pelos agentes escolares, pois, em muitos casos estes nem sequer as percebem como sendo atos discriminatórios e nem como sendo de sua responsabilidade a promoção de ações educativas para combatê-las. Assim, Cavalleiro (2001) em seus estudos sobre a realidade escolar identificou práticas discriminatórias muito significativas e que causam sérios problemas para as crianças negras:

A criança negra que passa por constrangimento normalmente não é “acolhida”. [...] A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadoras/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. (p.146)

2.2. A discriminação racial no ambiente escolar e a formação de professores

Abordar o tema sobre discriminação racial e preconceito racial dentro do contexto escolar envolve muitos desafios que precisam ser lidados com muito conhecimento e responsabilidade. Em função disso os professores precisam estar preparados para lidarem com esses problemas e transformá-los em discussões que promovam reflexões capazes de transformar as práticas preconceituosas em respeito às diversidades. Neste sentido os PCN's (1970: pg. 139) diz:

Essa abordagem pedagógica, já nas primeiras séries do curso de formação docentes (infantil, fundamental e médio), é uma tentativa de trazer à tona a prática do racismo e da discriminação racial. Em 2006, segundo os dados estatísticos, apenas 13,8% das crianças declaradas na população infantil branca 65,3% estão matriculados na pré-escola, enquanto na população infantil negra esse número representa 60,6% do total da população infantil. Esses números revelam o tamanho dos desafios que se apresentam para a Política de Educação Infantil no que se refere à Educação das Relações Etnicorraciais.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileira.

Um destaque especial deve ser dado aos professores que atuam na educação infantil, pois devem desenvolver atividades que possibilitem e favoreçam as relações entre as crianças na sua diversidade.

No ensino fundamental, o ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Esta precisa estar pautada em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a educação das relações etnicorraciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas.

O Brasil foi à última nação da América a abolir a escravidão. Entre 1550 e 1850, data oficial do fim do tráfico de negros, cerca de 3.600.000 africanos chegaram ao Brasil. A força de trabalho desses homens produziu a riqueza do País durante 300 anos. Apesar de a maior parte dos escravos não saber ler nem escrever, isso não significava que não tivessem cultura. Eles trouxeram para o Brasil seus hábitos, suas crenças, suas formas de expressão religiosa e artística, além de terem conhecimentos próprios sobre técnicas de plantio e de produção. Entretanto, a violência e a rigidez do regime de escravidão não permitiam que os negros tivessem acesso à educação.

A educação básica ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito da qualidade e é possível constatar que o direito de aprender ainda não está garantido para todas as nossas crianças, adolescentes, jovens e mesmo para os adultos que retornaram aos bancos escolares. Uma das mais importantes marcas, a população afro-descendente está entre aquela que mais enfrenta cotidianamente as diferentes facetas do preconceito, do racismo e da discriminação que marca, nem sempre silenciosamente, a sociedade brasileira. O acesso às séries iniciais para negros e negras, nas séries finais da educação básica. Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultam no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país.

A intencionalidade se faz necessária como produto de uma reflexão que permita ao professor perceber o papel que desempenha nessa questão. É também a capacidade de perceber que tem o que trabalhar em si mesmo, e isso não o impede de trilhar, junto com seus alunos, o caminho da superação do preconceito e da discriminação. Trata-se de ter a certeza de que cada um de seus gestos pode fazer a diferença entre o esforço de atitudes inadequadas e a chance de abrir novas possibilidades de diálogo, respeito e solidariedade.

É fundamental possibilitar a reflexão de conceitos que amplie os conhecimentos e contribuam para que os alunos reconheçam os valores importantes para a organização da sociedade da qual fazem parte, isto torna o processo educativo democrático. Assim, o relacionamento professor-aluno é de fundamental importância para o processo educativo, podendo influenciar o desempenho escolar dos estudantes de forma positiva ou negativa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, BRASIL (2004, P. 17) explica:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afrobrasileira e Africana nos currículos da educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

Neste sentido entende-se que há pouca formação de professores de noções como raça, preconceito, discriminação, diferença e correlatos. Em relação à formação de professores (COELHO, 2006) em seus estudos afirma que as relações raciais precisam ter um lugar central na formação inicial dos professores, para que estes operassem a subversão de determinadas práticas sociais – como o racismo estrutural na sociedade brasileira – que estereotipam a diversidade e a diferença presentes no meio social. No entanto, infelizmente isto não acontece em nossa realidade.

Também (VALENTE, 2005), em sua pesquisa, fala da importância do professor no processo educacional ressaltando que a presença deste é marcante para as crianças que estão na faixa etária correspondente à educação infantil. Atenta para a necessidade de um trabalho de orientação para os educadores que atendem esse nível de escolarização, sobretudo daqueles mais sensíveis e interessados em desmistificar ideias falsas sobre os negros, cristalizadas no imaginário da população.

Sem dúvidas a educação para a cidadania favorece o diálogo e possibilita discussões sobre as vivências vividas, preocupações e problemas relevantes para a sociedade e os Parâmetros Curriculares Nacionais são considerados referências importantíssimas para o professor. De acordo com Reis (2011, p. 58):

Os parâmetros curriculares nacionais propõem uma prática educativa que atenda às necessidades sociais, políticas e culturais da realidade brasileira, considerando os interesses e as motivações dos alunos garantindo as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, crítico-participativos.

Dessa forma, constitui documento fundamental que serve de norte para o professor, pois retrata a cidadania tendo como meta a igualdade de direitos entre os indivíduos, além de basear-se nos princípios democráticos como: dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade. Pode-se dizer que a ação pedagógica precisa ser compreensiva para gerar transformação. Os Parâmetros curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, livro 1) afirma que:

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Percebe-se que a tarefa do professor é mediar e equilibrar situações de discriminação como um todo para que saibam exercer sua cidadania e vivenciar os fatos sem indiferença e sem aceitar tudo que lhe é imposto.

Mesmo sendo lamentável, pesquisas têm mostrado que o preconceito e discriminação raciais fazem parte do cotidiano de crianças, jovens e adultos/as negros/as que frequentam os bancos escolares, inclusive no ensino fundamental. Essa realidade precisa ser mudada e o professor é parte central deste processo. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 21):

Mudar realidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela.

Como se observa a equipe pedagógica da escola precisa buscar formas de trabalhar as questões étnico-raciais e diferenças culturais. Hoje é uma necessidade saber lidar com as diferenças, diferenças estas que precisam ser respeitadas para que compreendam a melhor forma de conviver.

Frente aos questionamentos a pluralidade cultural hoje se faz presente nas discussões educacionais ressaltando a necessidade do trabalho interdisciplinar. Segundo Parâmetros Curriculares Nacionais de 5^a a 8^a séries, Temas Transversais (BRASIL, 1998, P. 117):

[...] a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”. Baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” que do que outros.

Neste aspecto, a educação deve pressupor o desenvolvimento do ser humano, permitindo compartilhar o pensar de forma dinâmica, sempre cultivando a Cultura da Paz, de forma que a convivência seja pacífica e que prevaleça a igualdade de direitos.

3. CONSIDERAÇÕES

Não se pode negar que a igualdade de direitos é um dos grandes desafios para a educação e precisam ser enfrentados com determinação, coragem e segurança, pois garantir que não haja discriminações e preconceito no ambiente escolar é fator fundamental para a formação da cidadania.

Com a realização dessa pesquisa foi possível perceber que muito há de fazer ainda no que diz respeito à igualdade de direitos, sem dúvida as escolas precisam proporcionar mais recursos humanos e materiais. É fundamental investir na formação de professores, pois estes são peças fundamentais na propagação de princípios democráticos como: dignidade da pessoa humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade, e com certeza, se estiver preparado poderá enfrentar os desafios do cotidiano e fazer a diferença.

É importante destacar que é preciso sempre estar atento no sentido de atualizar sempre as informações sobre a educação democrática e acreditar que ela é possível. Estamos numa educação que precisa romper com os paradigmas do preconceito, onde todos são iguais em relação aos direitos e requerem uma educação de qualidade, melhorando assim a qualidade de vida. Percebe-se que a sociedade também está se adaptando para melhorar a vida dos negros, no entanto, ainda é necessário continuar lutando contra qualquer tipo de segregação, para que a cada dia possa ser concretizado uma educação igualitária.

Este estudo possibilitou muitos conhecimentos, reflexões, entretanto ficou claro que este assunto não se esgota aqui e que muita coisa ainda precisa ser feita no sentido de acabar de vez com as discriminações e preconceitos no ambiente escolar, mas espera-se contribuir e estimular os educadores a trabalharem com projetos na busca de melhorar igualdade de direitos e a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E; **RAÇA Conceito e preconceito**. São Paulo; Ática 1987.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, Outubro, 2004.

CAVALLEIRO, E. (org.) *Racismo e antirracismo na educação : repensando nossa escola*. São Paulo: Sum mus, 2001.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *Raça & escola: uma interface necessária*. In: FARES, Josebel Akel. (Org.). *Diversidade cultural: temas e enfoques*. 1. ed. Belém: UNAMA, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1970.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SE, 1997.

FABRIS, E.H. & LOPES, M.C. (Org) **Aprendizagem & Conclusão: implicações curriculares**. Biblioteca UNIVATES. Ed.Edunisc. São Paulo, 2007.

GOMES, N. L. *Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade*.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

LOPES, N; **O RACISMO explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo. Memnon, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte**, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

_____. MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional da Educação Especial**. Brasília, 2007.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Livro 1 e 8 MEC, Brasília, 1997.

REIS, Teuler. **Educação e Cidadania**. Editora Wak. Rio de Janeiro, 2011.

SCOTTO, Arlete. **Cidadania e Escola: ponto de vista de alunos de cursos de magistério**. 1996. 106p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação)-Programas de Estudos Pós – Graduados em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Revista Psicologia & Saberes

ISSN 2316-1124

v. 8, n. 12, 2019

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo; 2002.

VALENTE, Ana Lúcia. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica**. Revista Brasileira de Educação, n. 28, 2005.